

## RELACIONAMENTO, ARTICULAÇÃO E SERVIÇO

O desafio das pequenas comunidades eclesiais em tempos de globalização

*Dom Joel Portella Amado\**

**Resumo:** As pequenas comunidades eclesiais fazem parte do conjunto de indicações pastorais da Igreja na América Latina e Caribe há décadas. No Brasil, estas pequenas comunidades são consideradas urgências da ação evangelizadora. Sua implantação corresponde ao atual momento da história humana, em que emergem novas formas de territorialidade. Por exigirem o que o Documento de Aparecida denomina como *conversão pastoral*, as pequenas comunidades eclesiais não podem ser implantadas de forma automática ou discricionária. É necessário compreender como acontecem as relações entre as pessoas e os espaços para, só então, num processo geralmente mais lento do que se espera, trabalhar missionariamente no sentido de catalisar o surgimento de pequenas comunidades territoriais ou ambientais.

**Palavras-chave:** Pequenas comunidades. territorialidades. reconfiguração eclesial.

### Introdução

Em 2014, durante sua assembléia anual, os bispos do Brasil aprovaram um documento destinado a incrementar nas diversas realidades eclesiais do país a organização pastoral em pequenas comunidades. Trata-se do Documento *Comunidades de comunidades, uma nova paróquia*, mais conhecido pelo número que recebeu dentro da coleção de documentos da conferência episcopal brasileira, isto é, o Documento 100. Este documento se encontra em linha de continuidade com o que vem sendo indicado desde Medellín, passando pelas Conferências posteriores, chegando às atuais Diretrizes Gerais da Ação

---

\* Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e é bispo auxiliar da Arquidiocese São Sebastião do Rio de Janeiro/RJ.

Evangelizadora para a Igreja no Brasil, em vigor até 2019. Trata-se, portanto, do empenho por uma configuração da experiência eclesial apta a responder aos desafios do tempo presente e à fidelidade eclesial e antropológica que decorre da fé em Jesus Cristo.

Esta reflexão aborda a importância das pequenas comunidades em nossos dias. Recorda a evolução valorativa pela qual elas passaram nas últimas décadas, chama a atenção para o motivo do destaque que recebem em nossos dias, inserindo-as no conjunto de direcionamentos indispensáveis no atual momento evangelizador e termina acenando para alguns caminhos para a conversão pastoral rumo às pequenas comunidades.

## 1 Uma história já de algumas décadas

A indicação oficial quanto à estruturação em pequenas comunidades nos remete às Conferências do episcopado latino-americano e caribenho, desde Medellín até Aparecida. Ao longo de aproximadamente cinco décadas, as pequenas comunidades passaram da condição de *tendência* para a de *urgência*. A Conferência de Medellín, tradução para a América Latina do Concílio Vaticano II, tendo em vista principalmente as comunidades eclesiais de base, indicava que as pequenas comunidades são uma tendência para a realização pessoal, devendo, por isso, ser incrementadas no laicato, nos seminários e na vida consagrada, o que, na verdade, significa uma configuração para toda a Igreja<sup>1</sup>.

Onze anos depois, Puebla (1979) indica o grande desenvolvimento das pequenas comunidades como um dos

---

1 O tema se faz presente em vários locais do texto, de modo especial quando trata da Pastoral de Massas, dos Seminários Maiores e no item sobre os Leigos consagrados na Vida Religiosa e nos Institutos Seculares.

sinais do dinamismo da Igreja no Continente<sup>2</sup>, destaca o papel destas comunidades na incrementação da comunhão e da participação, tema tão caro àquela Conferência (PB 565), e afirma estar comprovado que as pequenas comunidades “criam maior inter-relacionamento pessoal, aceitação da Palavra de Deus, revisão de vida e reflexo sobre a realidade, à luz do Evangelho; nelas acentua-se o compromisso com a família, com o trabalho, o bairro e a comunidade local” (PB 629). Deste modo, o investimento neste perfil de experiência eclesial estava oficialmente aceito, pois já não se tratava de considerar uma tendência, mas de reconhecer que se estava em um caminho praticamente sem retorno. Tal reconhecimento ecoou na quarta conferência, (Santo Domingo, 1992), que não só reconheceu serem as pequenas comunidades “um bom meio” para a vivência da fé em articulação com a dimensão missionária (SD 48), como também indicou que, entre as linhas de ação, se pusesse em prática a setorização pastoral mediante a multiplicação das pequenas comunidades eclesiais (SD 60 e 259).

Por fim, a quinta Conferência do CELAM, seguindo a mesma trilha das anteriores sobre este assunto, apresentou avaliação positiva acerca das pequenas comunidades (DAp 99c), destacando-as como sinal de renovação das paróquias (DAp 99e) e indicando breve fundamentação (DAp 307-310) para seu implemento. De modo especial, deve-se considerar a manutenção da proposta de que as paróquias, usualmente amplas em seus territórios (DAp 197), sejam setorizadas “em unidades *territoriais* menores, com equipes próprias de animação e de coordenação que permitam maior proximidade com as pessoas e grupos que *vivem na região*.” (DAp 172 e 372).

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para o período de 2011 a 2015, seguindo um esquema de

2 Aloísio LORSCHIEDER. *Alocação Introdutória aos trabalhos da Conferência de Puebla*, 29 de janeiro de 1979, n.3.

prioridades denominadas como *urgências*, indicou, dentre as cinco escolhidas, exatamente a configuração eclesial como comunidade de comunidades (n.56-64; 98-105). As cinco urgências foram mantidas pelas atuais Diretrizes, que abrangem o período de 2015 a 2019 (n.55-61; 102-108). É, pois, nesse contexto que se produziu o Documento 100 como auxílio para que as paróquias reconfigurem sua organização e, a partir delas, pode-se mesmo dizer, toda a realidade eclesial.

Temos, portanto, uma cronologia de pelo menos cinco décadas em que gradativamente se trata das redes de pequenas comunidades, desde a indicação de Medellín como uma tendência até a classificação brasileira atual como uma urgência, ou seja, como algo que não se pode relegar ao segundo plano nas agendas evangelizadoras. Trata-se de uma reconfiguração que diz respeito não somente às comunidades eclesiais de base (CEBs), mas, reiterando o termo, à configuração que a experiência eclesial como um todo necessita assumir, ainda que de modo diversificado de acordo com a realidade local. Nesse sentido, devemos recordar a intuição de Medellín ao indicar este tipo de estruturação para as paróquias e outras formas de associação, referindo-se genericamente ao laicato, mas também para a formação seminarística e a vida consagrada, isto é, à Igreja como um todo.

## 2 O motivo de tamanho destaque

O olhar cronológico nos leva a questões de natureza sociocultural, fazendo-nos indagar a respeito dos motivos deste crescente destaque. É preciso indagar a respeito do que tem levado a Igreja no continente latino-americano e, de modo mais próximo a nós, no Brasil, a ressaltar a necessidade de que a experiência eclesial seja configurada a partir de pequenas comunidades articuladas em rede. A resposta se encontra no que tem ocorrido com o mundo nas décadas acima

mencionadas. Neste período, o mundo passou e ainda passa por transformações muito radicais não apenas em aspectos circunstanciais, mas especificamente no que Aparecida chama de aspecto cultural, caracterizando o atual momento da história do continente e mesmo do mundo como uma *mudança de época* (DAp 44). De fato, os avanços tecnológicos e científicos das referidas décadas aliados à crise das utopias e a outros fatores amplamente descritos pela literatura especializada<sup>3</sup> levaram o mundo como um todo a se deparar com uma realidade em que os critérios de compreensão, úteis até pouco tempo, começaram a se mostrar frágeis, incapazes de auxiliar na interação com o real, sem que, todavia, surjam, com suficiente firmeza, outros critérios e outras mediações para cumprir esta irrenunciável missão.

Diante, portanto, dessa fragilização, ou, se preferirmos utilizar termo bastante conhecido, diante dessa *liquefação*<sup>4</sup> de referências e mediações, dois grandes critérios tendem a se impor como nortes para o mundo globalizado de nosso tempo, inclusive no âmbito dos valores, das compreensões acerca da realidade. De um lado, temos a individualização e de outro, a mercantilização de praticamente todas as instâncias da vida<sup>5</sup>. Essas duas características atingem as compreensões da realidade e interações que pessoas e grupos venham a ter, incluindo a dimensão religiosa. Trata-se de um mundo que globalizadamente caminha para solidificar a individualização e a mercantilização como alicerces de um novo período histórico.

Por certo, não se trata de negar a importância da individualidade humana nem da autonomia das regras

---

3 Márcio Fabri dos ANJOS. Encruzilhadas da ética teológica hoje, In: Márcio Fabri ANJOS (org.), *Teologia e novos paradigmas*. São Paulo: Loyola, 1996, p.159ss; José Antônio TRASFERETTI e Maria Inês de Castro MILLEN; Ronaldo ZACHARIAS. *Introdução à Ética Teológica*, São Paulo: Paulus, 2015.

4 Zigmund BAUMAN. *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.107ss.

5 *Ibidem*, p.64-106.

econômicas. A pessoa, cada pessoa e todas as pessoas, independentemente de qualquer outra condição, apresentam irrenunciável valor. Do mesmo modo, é necessário reconhecer que as realidades temporais, ou seja, as questões do dia-a-dia, dentre as quais as econômicas, possuem certa dose de autonomia que cumpre respeitar. Importa, no entanto, perceber que é exatamente do encontro entre essas duas características, individualização e mercantilização, que estão emergindo algumas sequelas tão próprias do nosso tempo e que, em nome da fé em Jesus Cristo e no compromisso com o Reino de Deus, não podemos deixar que permaneçam e se cristalizem como valores principais em novo período da história da humanidade. Isso acontece porque a individualidade que vemos emergir em nossos dias se manifesta de modo fechado em si, onde o indivíduo tende a olhar predominantemente para si, considerando bem mais os seus projetos, concebidos a partir da lógica do mercado, ou seja, com base no que pode auferir.

Preocupam as sequelas de um tempo que tende a se organizar desse modo. Dentre tudo que emerge como sinal de alerta, podemos indicar quatro alarmes a clamar por uma outra realidade. Em primeiro lugar, constatamos a olho nu o aumento nos índices de pobreza, tanto no número dos que ingressam nas fileiras dos excluídos quanto no surgimento de novas formas de exclusão. Em segundo lugar, encontramos o crescimento da violência ostensiva, tanto nas ações que marcam o dia-a-dia quanto nos critérios de compreensão e interação com a realidade. Esta violentarização atribui destaque às lógicas da separação e da destruição como princípios organizativos da sociedade. Fortemente vinculado ao primeiro crescimento, isto é, o da pobreza, o crescimento dos índices de violência tende a marcar o pensar e o sentir de pessoas e povos a partir da autodefesa, da agressividade e da exclusão, chegando até mesmo à morte.

Um terceiro aumento diz respeito à angústia, como sinal da crise de sentido. Crescem os casos de depressão e esgotamento, chegando-se a altos índices de suicídio, principalmente entre as camadas mais jovens de nosso país<sup>6</sup>. Recentes estudos sobre a síndrome de burn-out inclusive em ministros religiosos<sup>7</sup> demonstram a amplitude da questão e a incapacidade da mercantilização egocentrada da vida apresentar resposta que permita ultrapassar tal horizonte. Por fim, como quarto aumento, percebe-se o que o Papa Francisco denominou como “globalização da indiferença”<sup>8</sup>. Considerando-se o aumento das situações de pobreza, que desse modo passam a se tornar cotidianas em todos os cantos do mundo, aliando-se esta realidade com as lógicas do individualismo utilitarista e mercantilizado, chega-se à conclusão de que, de fato, tudo indica estarmos diante de um mundo que vive uma espécie de *síndrome de Caim* (Gn 4,9), na qual o outro com sua vida, suas dores, sonhos e esperanças, não me diz respeito. Num contexto em que até o planeta se ressentir desses efeitos, é necessário considerar cada vez mais a necessidade de interpelação e possibilitação de outro modo de vida, com outros critérios e diferentes mediações. É o que o Papa Francisco nos diz em sua encíclica sobre o desafio de cuidar do planeta: “infelizmente, verifica-se uma indiferença geral perante estas tragédias, que estão acontecendo agora mesmo em diferentes partes do mundo. A falta de reações diante destes dramas dos nossos

---

6 Julio Jacobo WEISELFISZ. *Violencia letal contra crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: Flacso, 2015, p.43-58; Cleisla GARCIA. *Sobre viver*. Como jovens e adolescentes podem sair do caminho do suicídio e reencontrar a vontade de viver. São Paulo: Benvirá, 2018.

7 William Cesar Castilho PEREIRA. *Sofrimento psíquico dos presbíteros. Dor institucional*. Petrópolis: Vozes, 2012; Helena López MEZERVILLE. *O desgaste na vida sacerdotal. Prevenir e superar a síndrome de burn-out*, São Paulo: Paulus, 2012.

8 FRANCISCO, *Mensagem para a Quaresma 2015*, acessível em [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/lent/documents/papa-francesco\\_20141004\\_messaggio-quaresima2015.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/lent/documents/papa-francesco_20141004_messaggio-quaresima2015.html). Acesso em 12 de junho de 2018.

irmãos e irmãs é um sinal da perda do sentido de responsabilidade pelos nossos semelhantes, sobre o qual se funda toda a sociedade civil” (LS 25). Em meio a tudo isso, afirma o Papa, “estas situações provocam os gemidos da irmã terra, que se unem aos gemidos dos abandonados do mundo, com um lamento que reclama de nós outro rumo” (LS 53).

É, portanto, diante desse quadro que se pode compreender porque a experiência da pequena comunidade assume o papel sociocultural e antropológico de urgência. Isso acontece porque somente nela, onde os relacionamentos humanos são imediatos, alicerçados no convívio, na cumplicidade da existência, na partilha das alegrias, dores e esperanças é que se pode efetivamente ultrapassar os limites de uma perspectiva egocentrada e mercantilizada, encontrando o que o Papa Francisco denominou como “outro rumo”.

## 2.1 O motivo fica um pouco mais grave

A questão se torna ainda mais grave quando se percebe que no campo religioso a individualização e a mercantilização também encontraram o seu espaço. Trata-se do estilo religioso centrado quase que exclusivamente na solução individualizada dos problemas, às custas de algum tipo de retribuição. Usualmente chamado de pensamento da prosperidade, este estilo religioso, ao se encaixar nas dinâmicas da individualização e mercantilização, encontra plausibilidade sociocultural, navegando, portanto, entre as diversas confessionalidades. Gera, em consequência, uma experiência religiosa em que o consumo dos benefícios se torna mais importante a fraternidade e a solidariedade; a freguezia ou clientela se torna mais forte que a membrezia ou comunitariedade<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Wander de Lara PROENÇA. *Magia, prosperidade e messianismo: o Sagrado Selvagem nas representações e práticas de leitura do neopentecostalismo brasileiro*. São Paulo: Aos Quatro Ventos, 2003; Kleber Fernando RODRIGUES. *Teologia da prosperidade, sagrado e mercado: um estudo sobre a Igreja Universal do Reino de Deus em Caruaru/PE*, Caruaru: FAFICA, 2003.



Não se pode deixar de reconhecer que, numa realidade marcada pelo crescimento nos índices da pobreza, como acima referido, onde as questões básicas de qualquer sociedade deixam de ser atendidas, dentre as quais, as ligadas à saúde e à geração de renda, as pessoas, em seu desespero, busquem quem lhes prometa solução, com o atrativo de ser uma solução imediata. Há, sem dúvida, uma forte interpelação social nessa proposta religiosa centrada na extinção das dores pelo caminho da troca de bens entre o céu, os sofredores e os intermediários. Entretanto, existe também um elemento pastoral igualmente forte atuando na direção de fortalecer este tipo de proposta, na medida em que a configuração da experiência religiosa e eclesial é a da prestação de serviços, mediante retribuição, seja de que tipo for.

## 2.2 A necessidade de uma nova configuração eclesial

Por tudo isso, percebe-se a necessidade de uma configuração eclesial em que a base antropológica seja a dos relacionamentos humanos imediatos, onde a grande mediação para o encontro com Deus sejam o irmão e a irmã, a fraternidade tome o lugar da contraprestação e a solidariedade me leve a dizer não apenas “pare de sofrer”, porém proclamar “pare de sofrer *sozinho(a)*”. Se nem sempre temos condições de ultrapassar as dores que nos são apresentadas, temos, exatamente na vida das pequenas comunidades, as condições humanas para transformar a dor vazia e sem sentido, geradora das crescentes angústias e depressões em esperança e paz. É por isso que a pequena comunidade é uma exigência humana, social e, é claro, eclesial.

Não se trata, por certo, de pequenas comunidades cuja lógica seja a da individualização e mercantilização comunitariamente concebidas, ao estilo de feudos que, erguendo suas pontes, ignoram a realidade em torno. Ao contrário, seguindo a linguagem de Aparecida, são experiências

que fortalecem tanto o discipulado, isto é, a identidade, quanto a missão, isto é, a responsabilidade pelo(a) outro(a), pela sociedade, pela dimensão ecológica e, desse modo, pelo mundo inteiro. Mesmo que atuando num micro-horizonte espacial, cada pequena comunidade acaba por interferir na reconfiguração do mundo para além da individualização e da mercantilização. Estas pequenas comunidades, exatamente por se alicerçarem na experiência da fraternidade, encontram neste cumpadrio o alicerce para o serviço sociotransformador, não separando dualisticamente o conviver do missionar. São, nesse sentido, distintas das experiências religiosas centradas no consumo imediato, as quais não apenas não alimentam fraternidade, como também contribuem para que as causas sociais de muitas das angústias permaneçam veladas.

Sobre isso, manifestou-se o Papa Francisco em sua encíclica a respeito do cuidado com a casa comum. Numa perspectiva de ecologia integral, em que as questões acerca do meio ambiente se integram com as questões sociais e mesmo humanitárias, ele destaca a importância das pequenas comunidades:

“...no seio da sociedade floresce uma variedade inumerável de associações que intervêm em prol do bem comum, defendendo o meio ambiente natural e urbano. Por exemplo, preocupam-se com um lugar público (um edifício, uma fonte, um monumento abandonado, uma paisagem, uma praça) para proteger, sanar, melhorar ou embelezar algo que é de todos. Ao seu redor, desenvolvem-se ou recuperam-se vínculos, fazendo surgir um novo tecido social local. Assim, uma comunidade liberta-se da indiferença consumista. Isto significa também cultivar uma identidade comum, uma história que se conserva e transmite. Desta forma cuida-se do mundo e da qualidade de vida dos mais pobres, com um sentido de solidariedade que é, ao mesmo tempo, consciência de habitar numa casa comum que Deus nos confiou. Estas ações comunitárias, quando exprimem um amor que se doa, podem transformar-se em experiências espirituais intensas” (LS 232).

### 3 Uma verdadeira reparoquialização

Por tudo isso, estamos diante de um momento histórico que podemos chamar de *nova paroquialização* ou *reparoquialização* da experiência eclesial. De fato, para a sociedade em geral, o rosto perceptível da Igreja encontra-se nas paróquias. Embora existam outras configurações eclesiais além das paróquias, é por meio destas que, por razões históricas, a Igreja se faz presente. Além disso, a própria compreensão de paróquia acabou se transformando ao longo do tempo. Percebe-se, por exemplo, que o conceito original e oficialmente válido como comunidade estavelmente constituída (Cânion 515), acabou sendo confundido restritivamente com o prédio da igreja matriz e a pastoral é mensurada pelo número de habitantes da jurisdição, que pode ser um bairro ou até mesmo uma pequena cidade. A questão é que os números precisam corresponder aos relacionamentos. Numa jurisdição paroquial com residentes na casa, por exemplo, dos cinco dígitos, não se constroem relacionamentos imediatos em um único grupamento, tornando-se, então, necessária a setorização ou capilarização.

Como sabemos a origem das paróquias remonta o século IV, quando em virtude do êxodo urbano, já não se conseguia mais a proximidade física e a conseqüente relação de vizinhança<sup>10</sup>. Se o número de cristãos havia aumentado e se grupos inteiros se haviam deslocado para outros locais, tornava-se necessário proporcionar-lhes a eclesialidade. Ocorreu, dizendo de modo simples, uma primeira descentralização da experiência eclesial, até então organizada em torno da igreja urbana, ao estilo paulino<sup>11</sup>. A experiência cristã soube se reorganizar em vista de manter os vínculos humanos indispensáveis. Para isso, a vida da

---

10 Antonio José ALMEIDA. *Paróquia, comunidade e pastoral urbana*. São Paulo: Paulinas, 2009, p.21-62.

11 Antonio José ALMEIDA. Ser comunidade hoje: à luz da experiência das primeiras comunidades. In: A. BRIGENTHI e B. CARRANZA. *Igreja, Comunidade de Comunidades: experiências e avanços*. Brasília: Ed. CNBB, 2009, p.46-61.

Igreja se reconfigurou, pois não se tratava de fazer as pessoas *virem* de onde habitavam para manter a experiência eclesial no grande centro, mas de *ir* até as pessoas onde elas se encontravam. Este princípio, na verdade, nunca deixou de ser considerado. A experiência cristã, a partir da lógica paulina da *casa*<sup>12</sup>, isto é, enquanto alicerçada antropológica e sociologicamente na convivência cotidiana e nos laços decorrentes, foi tomada como implícita, no sentido de que, sendo domiciliada em determinado local, uma pessoa necessariamente estabelecerá vínculos com os que ali também estariam domiciliados. Daí a pressuposição de que a paróquia de alguém é o seu lugar de residência.

Ocorre que, em virtude do crescimento das cidades, em especial o crescimento demográfico, os vínculos das pessoas com o território se alteraram em pelo menos dois aspectos: novos vínculos começaram a ser construídos em outros territórios e um mesmo território deixou de significar a existência automática de vínculos. O exemplo mais conhecido é o de não se conhecer sequer o vizinho da porta ao lado. Emerge, deste modo, o espaço *em rede*<sup>13</sup>, que permite a uma pessoa construir vínculos em diversos espaços físicos, podendo participar de um ou mais grupos de afinidade, mantendo-se inclusive no distanciamento e no anonimato, ou ainda em vínculos sazonais.

Como consequência pastoral desta nova concepção de espaço, o que até então era pressuposto adquiriu caráter de explicitação. Uma pastoral que vem secularmente identificando o território físico com o território significado, aquele onde os vínculos acontecem, precisa ceder lugar para uma ação de perfil missionário, a qual, aproveitando vínculos já existentes, onde

---

12 *Ibidem*, p.46-49.

13 Manuel CASTELLS. *The rise of the network society*, Massachusets: Blackwell, 1998. Trata-se de uma trilogia destinada a pensar o mundo atual a partir da era da informação.

quer que eles existam, ilumine esses vínculos com a luz do Evangelho, formando comunidades de fé. É por isso que Aparecida insiste veementemente na superação da chamada pastoral de conservação ou manutenção, indicando a necessidade de se passar para uma pastoral “decididamente missionária” (DAp 370). A pastoral de conservação, além de tender a trabalhar com as mesmas pessoas, coloca seu foco nas consequências existenciais da adesão a Jesus Cristo, ou seja, na moral e nos sacramentos. A pastoral que Aparecida chama de missionária coloca seu foco no “recomeçar a partir de Jesus Cristo, sem dar coisa alguma por pressuposta” (DAp 549), formando comunidades eclesiais onde os vínculos humanos de fraternidade e o espírito de serviço e missão em favor da vida plena para todos sejam os elementos distintivos.

Interessante observar algumas experiências de pequenas comunidades cuja história se caracteriza exatamente pelo serviço em favor da vida plena. São comunidades que experimentaram alegrias, mas também dores, que sonharam e colocaram seus sonhos em prática, dando o suor até o limite pela solidariedade, pela transformação social e o bem do ser humano. É, pois, diante dessa história que, em nossos dias, alguns se perguntam porque não se vê mais este protagonismo com a mesma clareza de antes. Por certo, os motivos são vários. Um deles, porém, deve aqui ser destacado. Trata-se exatamente da impossibilidade de se pressupor que os vínculos existenciais, antropologicamente geradores de comunidade, aconteçam pelo fato de as pessoas estarem domiciliadas no mesmo local. A fragmentação do espaço, que se tornou espaço em rede, espaço centrífugo, leva as pessoas a terem vínculos diferenciados, experimentando sentidos igualmente diferenciados para a vida. Assim como é necessário explicitar o encontro com Jesus Cristo<sup>14</sup>, torna-se igualmente necessário explicitar e catalizar a experiência eclesial. E esta acontece exatamente na pequena

---

14 Conforme indicado por Bento XVI na Carta Apostólica *Porta Fidei*, n.2.

comunidade. Sabemos que a experiência cristã passa pelos vínculos humanos imediatos, onde, por exemplo, ajuda mútua, acolhimento e perdão são concretamente vivenciados. Ao que é vivenciado ilumina-se, numa pedagogia ascendente, com o anúncio do Evangelho, tirando-se sempre as consequências existenciais, tanto em nível pessoal quanto em nível comunitário e social (EN 15).

Este horizonte de atuação pode deixar a impressão de retrocesso em face de períodos históricos de forte atuação social. Pode igualmente gerar a sensação de que se está abandonando o que em outros períodos históricos era um forte compromisso sociotransformador. Importa, todavia, observar que o compromisso sociotransformador e os relacionamentos que incluem fraternidade, solidariedade e reconciliação pressupõem o encontro com Jesus Cristo. Este encontro, por sua vez, pressupõe uma experiência eclesial com base antropológica construída não na prestação de serviços ou na atividade pastoral de conservação, mas no relacionar-se de modo afetivo, existencial. Metaforicamente, não estamos mais no tempo do atleta pronto para se lançar na corrida, mas no momento em que ele necessita se firmar no chão para conseguir o impulso. A diferença é de segundos, mas, sem dúvida, faz diferença.

Por tudo isso, estamos no tempo de incrementar a configuração eclesial a partir de pequenas comunidades, cujas características são pelo menos três. Em primeiro lugar, aparecem os vínculos humanos já insistentemente destacados aqui. Em seguida, encontra-se a necessidade de articulação das comunidades entre si, à semelhança de um corpo com muitos membros. Em terceiro lugar, deve-se considerar a abertura para os desafios socioambientais, em espírito de serviço à vida em todas as suas instâncias desde a concepção até a morte natural, de cada pessoa, de todas as pessoas, sempre com a possibilidade de resgate, de restauração, especialmente dos pobres e demais

sofredores, dos afastados e dos pecadores. Estas são as condições para qualquer pequena comunidade. Relacionamentos, articulação e serviço são condições para as pequenas comunidades que se formam seja no nível territorial seja no que se convencionou chamar de nível ambiental.

#### 4 Uma nova territorialidade<sup>15</sup>

Esta dupla forma de nuclear pequenas comunidades tem, portanto, sua explicação na atual concepção de espaço. A mudança de época pela qual passamos tem propiciado, entre outros aspectos, a emergência de novas espacialidades ou territorialidades. Estas deixam de ser voltadas para um centro aglutinador da maior parte da vida, e que, por isso, permite que as raízes existenciais de seus habitantes sejam ali construídas e mantidas. Por sua vez, a espacialidade emergente, de natureza mais centrífuga, se constrói em rede, com base no princípio da mobilidade, tanto no campo informalmente denominado como físico, quanto no campo especificamente virtual. As pessoas *navegam* com facilidade entre bairros e cidades, como também entre links, comunicando-se, estabelecendo vínculos não tanto com quem está perto, mas também e principalmente com quem está ao alcance dos dedos e da disponibilidade de internet, independentemente da proximidade físico-espacial. Um dos fenômenos mais interessantes é o de pessoas que, num mesmo meio de transporte, permanecem estabelecendo relações com outras não porque estão fisicamente dentro do mesmo ambiente

---

15 Cf. J. P. AMADO. Cidade, território e evangelização. O desafio de gerar comunidades em ambientes de mobilidade, individualidade e adesão seletiva, In: A. Brighenti (org.). *Pastoral Urbana, categorias de análise e interpelações pastorais*. Brasília: CNBB, 2010, p.65-90; R. HAESBAERT. *O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, especialmente p.99-142. O Documento 100 da CNBB trata específica e pedagogicamente sobre este tema nos números 38-44.

físico, mas porque têm condições de acessar as redes sociais<sup>16</sup>.

O ponto de partida para a compreensão desta realidade que tanto assusta os que estão acostumados ao modelo espacial centrípeta reside no fato de que o espaço apresenta no mínimo dupla conotação. De um lado, temos o espaço fisicamente concebido, o espaço onde as pessoas pisam, caminham, circulam. De outro, temos o espaço socialmente significado, isto é, o espaço onde as pessoas encontram e constroem identidades e vínculos. Na territorialidade centrípeta, espaço físico e espaço significado tendem a confluir. Na territorialidade centrífuga, ambos tendem a se separar, podendo uma pessoa residir ou pelo menos estar num espaço, mas construir suas raízes em outro ou mesmo em outros.

Para a ação evangelizadora, interessam os espaços significados, pois é neles que as identidades se plasmam e se fortalecem. É nesses espaços que, na atual configuração do mundo, ocorre o certame entre uma concepção de vida estruturada mais a partir da individualidade fechada em si e sob as lógicas da mercantilização ou a concepção que, respeitando as individualidades, coloca-as em relação fraterna e solidária. Onde espaço físico e espaço significado vierem a confluir, organizem-se comunidades que usualmente chamamos de territoriais. Onde espaço físico e espaço significado se distanciarem, organizem-se comunidades que usualmente chamamos de ambientais.

Esta diferença nos ajuda a compreender os fenômenos das chamadas *novas comunidades*. Trata-se, entre outros aspectos, de

---

16 Sobre esta nova espacialidade, R. MATOS e F. BRAGA. Redes geográficas, redes sociais e movimentos da população no espaço. In: R. Matos (org.). *Espacialidades em Rede. População, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Comarte, 2005, p.111-156. Especificamente sobre a questão religiosa nas espacialidades em rede: M. SBARDELOTTO. *E o Verbo se fez rede. Religiosidades em reconstrução no ambiente digital*. São Paulo: Paulinas, 2017, especialmente p.67-78.



uma forma emergente de configuração eclesial. Por certo, o enfoque a partir da espacialidade não é o único critério para a reflexão sobre as novas comunidades. No entanto, ele necessita ser considerado na medida em que passa por cima dos tradicionais limites paroquiais, enquanto identificação entre espaço físico e espaço significado. Para os membros das novas comunidades, vale o espaço significado, importa o ambiente onde uma pessoa se sente acolhida e estabelece uma rede de relações que lhe permita, em meio ao tsunami de possibilidades do mundo atual, construir, manter e aprimorar sua identidade. Por sua vez, os conflitos entre paróquias e novas comunidades decorrem tanto da incapacidade de diálogo com dupla atuação sobre as mesmas realidades, quanto a partir exatamente da dificuldade que decorre da redução do planejamento pastoral ao espaço fisicamente considerado.

Numa diocese, por exemplo, existem paróquias territoriais, mas também podem e devem existir instâncias que atuem, como, há 26 anos, indicava Santo Domingo de modo *trans* ou *supra* territorial (SD 257). Atualmente, se pode compreender aquela indicação como trans ou supra território fisicamente concebido. A própria ideia de passar por cima do território carrega em si a conotação física mais que a de territorialidade significada. Deixa, no entanto, aberta a possibilidade para outras experiências de configuração eclesial além da que identifica a dimensão física com a significada. Interessante observar que as indicações de Aparecida a respeito do processo de capilarização ainda trazem consigo a influência da identificação entre o território físico e o território significado (DAP 172 e 372). Estes textos específicos indicam a setorização a partir de unidade *territoriais* menores em torno de pessoas que *vivem na região*. Percebe-se, portanto, o quanto ainda se faz presente a concepção física da territorialidade, enquanto identificação entre as duas concepções de território.

É, portanto, em consequência da ruptura entre as duas formas de compreender o espaço que urge trabalhar pela reconfiguração das igrejas locais em redes ou comunidades de comunidades, caracterizadas pela tríplice condição: relacionamentos, articulação e serviço. Estas são as três características que respondem tanto à realidade de nosso tempo como à identidade perene das comunidades cristãs. Pode certamente ocorrer que uma das dimensões adquira proeminência cronológica. Não poderá, entretanto, adquirir primazia identitária, ou seja, tornar-se norma exclusiva para a identidade da pequena comunidade cristã. Pode, por exemplo, acontecer que uma dessas comunidades, vendo-se diante de um impasse ecológico, assuma o compromisso de trabalhar pela superação do problema emergente. Esta atividade constituirá uma parcela significativa de sua identidade, possivelmente aquela que mais será visualizada. Ocorre que esta mesma comunidade necessitará permanecer atenta para que as outras duas dimensões, relacionamento e articulação, também se fortaleçam, numa espécie de círculo de características onde uma pode predominar por algum tempo, mas a atenção às outras duas não pode desaparecer. Uma comunidade não pode, por conseguinte, se identificar apenas por uma das três características. Se colocar o peso no relacionamento, será intimista, com o risco de se tornar indiferente aos que estão fora. Não se articulará nem será uma comunidade a serviço. Se ela colocar no relacionamento ou no serviço o peso de sua identidade a ponto de não se articular com outras comunidades, em especial as que compreendem a realidade de modo diferente, não edificará a comunhão no dia-a-dia, sinal da comunhão escatológica no Reino definitivo. Se, finalmente, colocar o peso de sua identidade no serviço, seja ele de perfil mais assistencial seja de perfil sociotransformador, poderá estar buscando justiça e paz, sem, contudo, viver a fraternidade com os diferentes.

Esta configuração não exige que toda a ação pastoral de uma Igreja Particular aconteça exclusivamente nas pequenas comunidades. Uma opção assim construída poderia causar o efeito oposto do que se está desejando. A rede possui nós e fios. Uma Igreja particular em rede de pequenas comunidades possui conseqüentemente as próprias pequenas comunidades, ou seja, os nós, mas também os fios, isto é, os vínculos de comunicação, aqui chamados de articulação. Quem faz a pesca não são os nós nem os fios isoladamente, mas a rede como um todo. É por isso que para a animação pastoral das pequenas comunidades tornam-se indispensáveis os momentos de encontro, para intercâmbio de experiências, testemunho da vitalidade e solidificação dos princípios para o caminhar em comum. É por isso que as Igrejas particulares, além do investimento na mística e na concretização das pequenas comunidades, necessita também de momentos de encontro, celebrações, assembléias ou similares, em que todos se encontrem, quebrem os cinturões protetores, sem, no entanto, perder suas indetidades, e se abram para a perspectiva maior em torno de alguns princípios básicos, genéricos, enquanto se referem a toda a diocese ou mesmo paróquia, mas que se concretizam quando a pequena comunidade, sentindo-se parte de um todo maior, busca ver o que pode ser feito direta e imediatamente na realidade em que está inserida.

## **5 Caminhos pastorais para a implantação das pequenas comunidades**

A passagem de uma configuração eclesial que predominante ou mesmo exclusivamente identifique espaço físico com espaço significado, com paróquias centrípetas, de ampla territorialidade e baixa ministerialidade, para a concepção de paróquia como rede ou comunidade de comunidades exige o que Aparecida denominou como *conversão pastoral* (DAP 365ss). No próprio

texto, são indicadas algumas características desta chamada conversão. Importa que se perceba a necessidade sociocultural de se configurar a experiência eclesial com base na tríplice exigência do relacionamento, da articulação e do serviço. Conseqüentemente, dois passos necessitam ser dados: acolher a proposta e encontrar caminhos para sua concretização.

Quanto ao acolhimento, importa recordar que o condutor da história e, nela, da história da evangelização, é o Espírito Santo. Porque é Ele que conduz a Igreja, algumas experiências de pequenas comunidades já estão acontecendo nas dioceses e paróquias, independentemente de qualquer opção, diretiz ou planejamento. Diante da crise de identidades, da solidão que gera angústia e da necessidade de colocar a mão na massa para agir num mundo de indiferença e omissão, as pessoas estão buscando novos caminhos, cabendo, pois, à instância organizativa, diocese ou paróquia, auxiliar para que o processo respeite o que o Espírito está mostrando enquanto identidade, no conjunto, por certo, das três características tão insistidas aqui. Sem a contemplação respeitosa do que o Espírito já está fazendo, o risco de um planejamento artificial poderá levar a propostas que não sairão dos papéis e cujos planos repousarão nas estantes e bibliotecas. Sem ouvir quem já está pelo menos tentando se organizar deste modo, acolhendo seus problemas e valorizando seus sucessos, não se dá o passo efetivamente cristão para a conversão pastoral. O cristianismo se transmite por fascínio e adesão, não tanto por explicações teóricas. O mesmo deve acontecer quando das passagens para novas configurações eclesiais.

Uma das formas de não se ouvir o Espírito consiste na tentativa de se organizar pequenas comunidades a partir do mapa, isto é, de simplesmente dividir territórios físicos como se eles fossem também territórios significados. Onde houver identificação entre ambos, será possível formar pequenas

comunidades. Onde, entretanto, não houver esta identificação, por mais encontros, cursos e retiros que se venham a fazer, a ausência dos vínculos existenciais, aqui chamados simplesmente de relacionamentos, não permitirá que a experiência seja duradoura. Assim como se contempla a ação do Espírito na vida de pessoas e grupos, deve-se igualmente contemplar a realidade dessas vidas, buscando onde as pessoas estão construindo seus vínculos.

Este é, sem dúvida, um processo mais lento do que o simples planejar sobre o mapa do território fisicamente considerado. É, na verdade, necessário compreender os fluxos de circulação, os ambientes com os quais as pessoas se identifiquem, para anunciar ou reanunciar Jesus Cristo e o Reino de Deus, iniciando ali, do modo como a realidade se manifesta, uma pequena comunidade eclesial. Esta paciência pastoral é, por conseguinte, condição indispensável para que a nova configuração eclesial efetivamente aconteça. Com certeza, o processo de transformação e implantação será gerador de inseguranças e perplexidades, podendo até mesmo estabelecer conflitos. Este caminho, no entanto, é inevitável. Pena que a identificação secular entre os dois espaços e a tendência atual para soluções rápidas e imediatas acabem por algumas vezes não permitir que se deem os passos necessários.

Uma das experiências mais relevantes pelo Brasil afora tem sido a das missões em estilo de visitação. Batizados(as), conscientes da dimensão missionária de sua fé, assumem a atitude de visitar, de ir ao encontro, na perspectiva da uma Igreja em saída, rumo às periferias existenciais, como tanto insiste o Papa Francisco. Só este fato, já é um avanço na passagem de uma pastoral de conservação para uma pastoral, no dizer de Aparecida, “decididamente missionária” (DAp 375). Este processo não avança por causa de dois empecilhos históricos. O primeiro deles é o da ida para a pesca, ou seja, vai-

se até algum lugar ou região para se *chamar* as pessoas à participação numa configuração eclesial que já não atrai mais, não causando o fascínio indispensável. Em segundo lugar, as visitas acabam sendo pontuais, até mesmo únicas, em que se fazem mais pequenas pregações do que escuta e fala ao coração. O momento atual não rejeita a fala ao coração. Pelo contrário, ele a valoriza. Deseja, no entanto, que esta fala brote da escuta e permaneça com mais visitas, a ponto de formar laços. Visitas únicas e destinadas a chamar para a matriz ou mesmo para uma capela, como reflexo de uma configuração eclesial centrípeta, com atenção para a moral e os sacramentos, ao estilo das desobrigas, não ajudam na formação das pequenas comunidades. Deixam, é certo, a impressão de que se está trabalhando e, na verdade, se está. Importa, porém, diferenciar entre trabalhar muito e trabalhar correto. Em nossos dias, o trabalho correto se caracteriza pelas visitas constantes, contemplativas e em vista da formação de comunidades lá onde as pessoas estão. Existem, pelo Brasil afora inúmeras experiências de visitação. Algumas colocam o foco em visitar, rezar e retornar. Na verdade, já representam um avanço diante da inércia missionária que pode caracterizar quem se encontra no perfil da *Igreja do vir*. Outras articulam formação dos missionários, dias de retiro, atendimento sacramental e visitas<sup>17</sup>. São experiências que cumpre avaliar, discernir, amadurecer e adaptar.

É, deste modo, necessário que as visitas se reiterem, pois mudança de mentalidade exige acompanhamento, escuta e discernimento. Quando o(a) missionário(a) vai para permanecer por algum tempo, fortalecendo os vínculos que já existem, a comunidade emerge. Interessante observar algumas

---

17 Por exemplo, L. MOSCONI. *Santas Missões Populares - uma experiência de evangelização voltada para as massas*. São Paulo: Paulinas, 1996. Trata-se de um projeto detalhadamente elaborado, com metodologia própria e utilizado em diversas partes do país.

experiências de comunidades nitidamente ambientais, em que os missionários visitam, por exemplo, os locais de trabalho, aproveitando os vínculos existentes entre quem diariamente convive por oito horas ou até mais. Visitando os locais de trabalho na hora do almoço, partilhando o alimento, ouvindo as histórias de vida, buscando ajudar no que for possível, rezando e anunciando a Palavra de Deus, as(os) missionárias(os) estão efetivamente cumprindo o serviço de edificação de uma comunidade que não se vincula a um território físico, mas que apresenta laços existenciais fortes. Esta é uma experiência que tende a acontecer, por exemplo, nos centros comerciais das grandes cidades, principalmente nas áreas de escritórios, mas também nas lojas. Tudo dependerá do que o Espírito está fazendo e da sensibilidade missionária para contemplar e discernir.

Além disso, a conversão pastoral do modelo centrípeto para o modelo missionário numa realidade centrífuga consiste na formação de uma equipe de coordenação ou, melhor será dizer, de acompanhamento, apoio e ajuda em meio às dificuldades. Algumas paróquias têm reconfigurado seus conselhos pastorais ou paroquiais na direção de serem *conselhos missionários*. Outras fazem assembléias de tempos em tempos, para acompanhar o processo e não permitir que algum dos três elementos se enfraqueça. Encontros diocesanos com as pequenas comunidades ajudam muito a solidificar o aspecto chamados de articulação. O caminho, enfim, é o da motivação e do acompanhamento.

## 6 Transformações não muito rápidas

A configuração eclesial em pequenas comunidades implica, como visto aqui, a alteração de um estilo secular. A identificação entre o território físico e o território significado, com o pressuposto de que o encontro com Jesus Cristo ocorra a

partir dos processos de iniciação sociocultural tem conduzido o caminhar pastoral por séculos. Conseqüentemente, o hábito adquire resistência, tornando mais lenta a conversão pastoral. Além disso, a diversidade de situações em que os vínculos humanos e sociais se constroem, exigindo percepção mais aguda, faz com que o processo usual de divisão predominantemente espacial seja insuficiente para responder às exigências de um período histórico de alta mobilidade e de vínculos em rede. O fato, porém, de o processo implicar transformações de mentalidade e aprendizado na gestão de dois modelos de organização não significa que seja impossível. Ao contrário, como indicado nas Diretrizes Gerais para a Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, trata-se de verdadeira urgência, no sentido de que se deva acompanhar também com a configuração eclesial os ritmos de vida de pessoas e grupos.

A lentidão inerente às transformações de mentalidade e de estrutura não significa, que não se deva seguir por este caminho, sempre, por certo, com a capacidade de rever, atualizar e corrigir. O fato, por exemplo, de encontrarmos grupos religiosos de diversas confessionalidades estabelecidos em antigas lojas ou outros espaços pequenos indica o peso que a dinâmica humana do encontro interpessoal possui em nossos dias, marcados pelo anonimado, solidão e indiferença. É verdade que o fato de serem numericamente pequenos não é o único fato para o crescimento de alguns desses grupos. O pensamento da prosperidade, com a proposta de soluções imediatas para questões cotidianas é também um grande atrativo. Nestas e em todas as situações, importa perceber que a opção pelas pequenas comunidades não seja vista como estratégia de guerra religiosa, no sentido de combate a quem pensa e age diferente, mas como exigência do próprio Evangelho em tempos de reconfiguração do mundo como um todo.



## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Antonio José. *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, São Paulo: Paulinas: 2009.
- ALMEIDA, Antonio José. Ser comunidade hoje: à luz da experiência das primeiras comunidades. In: BRIGENTHI, A. *Igreja, Comunidade de Comunidades: experiências e avanços*. Brasília: Ed. CNBB, 2009, p.46-61.
- AMADO, Joel Portella. Cidade, território e evangelização. O desafio de gerar comunidades em ambientes de mobilidade, individualidade e adesão seletiva. In: BRIGENTHI, A. (org.). *Pastoral Urbana, categorias de análise e interpeleções pastorais*. Brasília: Ed. CNBB, 2010, p.65-90.
- AMADO, Joel Portella. Igreja e Comunidade: aspectos pastorais. In: BRIGENTHI, A. *Igreja, Comunidade de Comunidades: experiências e avanços*. Brasília: Ed. CNBB, 2009, p.62-71.
- ANJOS, Márcio Fabri. Encruzilhadas da ética teológica hoje. In: ANJOS, Márcio Fabri (org.). *Teologia e novos paradigmas*. São Paulo: Loyola: 1996, p. 159ss.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GALLI, Carlos María. *Dios vive en la ciudad*. Hacia una nueva pastoral urbana a la luz de Aparecida y del proyecto misionero de Francisco. Buenos Aires: Agape Libros, 2014.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- LIBANIO, João Batista. *As lógicas da cidade*. O impacto sobre a fé e sob o impacto da fé, São Paulo: Loyola, 2001.
- MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. Redes geográficas, redes sociais e movimentos da população no espaço. In: MATOS, Ralfo (org.). *Espacialidades em rede*. População, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Comarte, 2005, p.111-156.
- MEZERVILLE, Helena López. *O desgaste na vida sacerdotal*. Prevenir e superar a síndrome de burn-out. São Paulo: Paulus, 2012.
- MOSCONI, Luís. *Santas missões populares - uma experiencia de evangelização voltada para as massas*. São Paulo: Paulinas, 1996.
- PEREIRA, William Cesar Castilho. *Sufrimento psíquico dos presbíteros*. Dor institucional. Petrópolis: Vozes, 2012.
- SBARDELOTTO, Moisés. *E o Verbo se fez rede*. Religiosidades em reconstrução no ambiente digital. São Paulo: Paulinas, 2017.
- TRASFERETTI, José Antônio; MILLEN, Maria Inês de Castro; ZACHARIAS, Ronaldo. *Introdução à Ética Teológica*. São Paulo: Paulus, 2015.